

DISCRIMINAÇÃO RACIAL E SOFRIMENTO PSÍQUICO EM ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS

Maria Emilly Ferreira Cavalcante¹

Eliany Nazaré Oliveira²

Flávia Regino Oliveira³

Carolina da Cunha Pereira⁴

Alda Kethellen Abreu Silva⁵

1. Graduanda em Enfermagem. Universidade Estadual Vale do Acaraú- UVA, Sobral, Ceará. Brasil. Apresentadora.
2. Enfermeira. Docente no Curso de Enfermagem da Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA. Sobral, Ceará. Brasil.
3. Enfermeira. Mestranda em Saúde da Família pela Universidade Federal do Ceará em associação com a Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA. Sobral, Ceará. Brasil.
4. Graduanda em Enfermagem. Universidade Estadual Vale do Acaraú- UVA, Sobral, Ceará. Brasil.
5. Graduanda em Enfermagem. Universidade Estadual Vale do Acaraú- UVA, Sobral, Ceará. Brasil.

INTRODUÇÃO: A discriminação racial, enquanto expressão do racismo estrutural, constitui um determinante social de saúde que impacta de forma significativa as condições de vida e o bem-estar psicológico da população negra¹. No Brasil, marcado por um processo histórico de colonização, escravização e exclusão social, o racismo se perpetua de maneira institucional e simbólica, atravessando diferentes espaços sociais, inclusive o ambiente universitário. Apesar dos avanços promovidos por políticas de ações afirmativas, como a ampliação do acesso ao ensino superior, observa-se que o ingresso de estudantes negros não elimina as desigualdades raciais vivenciadas no cotidiano acadêmico². Nesse contexto, a universidade, ao mesmo tempo em que representa um espaço de ascensão social, também pode se configurar como um ambiente de reprodução de desigualdades, no qual estudantes negros enfrentam discriminação direta e indireta, isolamento social, questionamentos de capacidade intelectual e ausência de representatividade². Essas experiências contribuem para o agravamento do sofrimento psíquico, especialmente quando somadas às exigências acadêmicas, pressões sociais e vulnerabilidades econômicas características dessa fase da vida³. Estudos indicam que a

vivência de discriminação racial está associada ao aumento de sintomas de ansiedade, depressão, estresse e outras formas de distresse psicológico, evidenciando que o racismo deve ser compreendido não apenas como um problema social, mas também como um fator determinante de adoecimento mental^{3,1}. Dessa forma, investigar a relação entre discriminação racial e saúde mental no contexto universitário torna-se essencial para subsidiar intervenções institucionais e práticas de cuidado mais equitativas, especialmente no campo da Enfermagem, que demanda uma abordagem integral e sensível às desigualdades sociais.

OBJETIVO: Analisar as experiências de discriminação racial vivenciadas por estudantes universitários e o impacto na saúde mental a partir da caracterização sociodemográfica.

MÉTODO: Trata-se de um estudo transversal, descritivo, com abordagem quantitativa, recorte de uma pesquisa mais ampla intitulada “Discriminação racial e saúde mental nas universidades”, financiada pela Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP), por meio do Edital nº 04/2022. A amostra foi composta por 829 estudantes universitários, maiores de 18 anos e regularmente matriculados em cinco instituições, incluindo universidades públicas e privadas. A coleta de dados ocorreu entre os anos de 2023 e 2024, por meio da aplicação de questionários estruturados, contendo informações sociodemográficas, acadêmicas, experiências de discriminação racial e indicadores de saúde mental. Para mensuração da discriminação, utilizou-se a Escala de Discriminação Racial, validada para o contexto brasileiro⁴, que avalia diferentes dimensões da experiência discriminatória. Para avaliação da saúde mental, foi utilizado o Inventário de Saúde Mental (ISM), instrumento que mensura tanto o bem-estar psicológico quanto o distresse psicológico⁵. Os dados foram analisados por meio de estatística descritiva e inferencial, com cálculo de frequências, médias e coeficientes de correlação de Pearson, considerando nível de significância estatística. O estudo foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), conforme o parecer nº 6.279.258, garantindo o cumprimento ético exigido. **RESULTADOS:** A análise do perfil sociodemográfico evidenciou predominância do sexo feminino (52,7%), com média de idade de 23,1 anos, caracterizando uma população majoritariamente jovem em fase inicial da trajetória acadêmica¹. Em relação à autodeclaração racial, observou-se maior proporção de estudantes pardos (58,1%), seguidos de brancos (28,0%) e pretos (12,4%), refletindo a composição racial da população brasileira, mas também evidenciando a presença significativa de estudantes racializados no ensino superior. Quanto às condições socioeconômicas, a maioria dos estudantes apresentou renda familiar de até dois salários mínimos, além de elevada proporção de indivíduos sem acesso a auxílios financeiros institucionais, o que

evidencia um cenário de vulnerabilidade social que pode potencializar os efeitos do sofrimento psíquico¹. No que se refere às experiências de discriminação racial, 28,7% dos estudantes relataram já ter vivenciado situações discriminatórias no ambiente universitário¹. Esse dado é particularmente relevante, pois evidencia que, mesmo em espaços considerados de formação crítica e produção de conhecimento, o racismo permanece presente. Ademais, apenas 1,7% dos estudantes afirmaram ter formalizado queixas, o que sugere a existência de barreiras institucionais, medo de retaliação ou descrença nos mecanismos de denúncia. As análises correlacionais revelaram associações estatisticamente significativas entre discriminação racial e indicadores de saúde mental. Observou-se correlação negativa entre a dimensão discriminação e o bem-estar psicológico global ($r = -0,121$, $p < 0,01$), indicando que quanto maior a vivência de discriminação, menor o nível de bem-estar percebido pelos estudantes^{1,4}. Da mesma forma, identificou-se correlação negativa com laços emocionais ($r = -0,096$, $p < 0,01$), sugerindo impacto nas relações interpessoais e na sensação de pertencimento. Por outro lado, verificou-se associação entre discriminação racial e aumento do distresse psicológico ($r = -0,131$, $p < 0,001$), evidenciando maior sofrimento emocional entre estudantes expostos a essas experiências^{1,4}. Entre os componentes do distresse, destacam-se correlações com sintomas de depressão ($r = -0,136$, $p < 0,001$), ansiedade e perda de controle emocional, indicando que a discriminação racial não apenas afeta o humor, mas também compromete a regulação emocional e o funcionamento psicológico global. Esses resultados corroboram a literatura que aponta o racismo como um estressor crônico, capaz de produzir impactos cumulativos na saúde mental, sobretudo em populações historicamente vulnerabilizadas^{3,2}. A experiência reiterada de discriminação pode desencadear sentimentos de inferiorização, insegurança, isolamento e desesperança, contribuindo para o adoecimento psíquico. Além disso, a baixa formalização de denúncias sugere que o sofrimento vivenciado tende a ser silencioso e individualizado, o que dificulta a visibilidade do problema e a implementação de estratégias institucionais efetivas de enfrentamento. Tal cenário reforça a necessidade de políticas universitárias que não apenas promovam o acesso, mas também garantam a permanência com qualidade e dignidade. **CONCLUSÃO:** Os achados evidenciam que a discriminação racial exerce impacto significativo sobre a saúde mental de estudantes universitários, estando associada à redução do bem-estar psicológico e ao aumento do distresse emocional. A presença de correlações estatisticamente significativas entre essas variáveis reforça a compreensão do racismo como um determinante social de saúde, que atua de forma direta no processo de adoecimento psíquico. Nesse sentido, torna-se imprescindível que as instituições de ensino superior avancem na implementação de políticas antirracistas,

estratégias de acolhimento e suporte psicológico, bem como mecanismos eficazes de denúncia e enfrentamento da discriminação. Além disso, destaca-se a importância de incorporar a discussão sobre racismo e saúde mental na formação em saúde, especialmente na Enfermagem, promovendo práticas de cuidado mais críticas, humanizadas e comprometidas com a equidade. Por fim, compreender o impacto da discriminação racial na saúde mental contribui para a construção de um olhar ampliado sobre o cuidado, que reconheça as dimensões sociais do sofrimento e atue na transformação das estruturas que produzem desigualdades.

REFERÊNCIAS:

1. Oliveira FR. Marcas da discriminação racial e impacto na saúde mental de estudantes universitários [Trabalho de Conclusão de Curso]. Sobral: Universidade Estadual Vale do Acaraú; 2025.
2. Carvalho LS, et al. Discriminação racial e sofrimento psíquico em universitários. Rev Saúde Coletiva. 2021.
3. Penha JC, Oliveira EN, Mendes AV. Saúde mental de estudantes universitários: revisão. Rev Enferm. 2020.
4. Fattore GL, Santos DN, Barreto ML. Validação da escala de discriminação racial no Brasil. Rev Saúde Pública. 2016.
5. Ribeiro JLP. Inventário de Saúde Mental (ISM): adaptação portuguesa. Psicologia, Saúde & Doenças. 2011.

DESCRIPTORES: Racismo; Saúde Mental; Estudantes

EIXO TEMÁTICO: EIXO 3: Prática social, cuidado e impactos na saúde da população